

Dr. Leonardo Araújo Lima



Centro Universitário Católica de
Quixadá (UNICATÓLICA)

leonardolima@unicatolicaquixada.edu.br

Esp. Vanessa Maia Girão



Instituto do Câncer do Ceará (ICC)

vanessa.maiagirao@outlook.com

Esp. Rayane Barbosa da Silva



Coordenaria de Alternativas Penais
(CAP)

barbosaraybar@gmail.com

Submetido em: 02/05/2022

Aceito em: 04/05/2022

Publicado em: 22/06/2022



10.25190/rec.v11i1.8

FACES DO TRABALHO INFORMAL NO CENTRO DE QUIXADÁ

RESUMO

O artigo descreve algumas feições dos processos organizativos do trabalho informal no centro da cidade de Quixadá. Trata-se do resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica) nos anos de 2019 a 2021. Combinando métodos em pesquisa social (etnografia, questionário e entrevistas), o estudo indica similaridades e divergências dentre as realidades vivenciadas por 23 trabalhadores informais de cinco atividades distintas. Se apresentam como semelhanças: dependência e conflitos com políticas públicas, riscos à saúde no ambiente de trabalho, sentimento de insegurança e de desvalorização, inclusão em redes sociais de apoio mútuo. Já as divergências estão associadas à mercadoria, usos do espaço, relações de cooperação e competição, táticas de negociação, perspectivas futuras no trabalho. Os resultados da pesquisa são analisados em quatro categorias: regularidades socioeconômicas, trabalho precarizado e seus reflexos na saúde, determinações sociais de racionalidades práticas, redes sociais de apoio. Conclui-se a relevância de construir espaços coletivos para que tais trabalhadores possam dialogar com os saberes práticos e ampliar suas estratégias de sobrevivência frente as condições precárias de trabalho.

Palavras-chave: Psicologia Social. Trabalho Informal. Processos Organizativos.

INFORMAL WORK FEATURES IN THE CITY CENTER OF QUIXADÁ

ABSTRACT

This paper describes some features of the organizational processes of informal work in the city center of Quixadá. This is the result of a research developed within the scope of the Program of Scientific Initiation (PIC) of the Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica) from 2019 to 2021. Combining methods in social research (ethnography, questionnaire, and interviews) the study indicates similarities and divergences between the realities experienced by 23 informal workers from five different activities. They are presented as similarities: dependence and conflicts with public policies, health risks in the work environment, feeling of insecurity and devaluation, and inclusion in social networks of mutual support. On the other hand, divergences are associated with merchandise, uses of space, cooperative and competitive relationships, negotiation tactics, and future perspectives at work. The research results are analyzed in four categories: socioeconomic regularities, precarious work and its effects on health, social determinations of practical rationalities, social support networks. It is concluded the relevance of building collective spaces so that such workers can dialogue with practical knowledge and expand their survival strategies in the face of precarious working conditions.

Keywords: Social Psychology. Informal Work. Organizational Processes.

1 INTRODUÇÃO

Inspirado nas perspectivas teóricas e práticas da Psicologia Social do Trabalho, o estudo que aqui apresentamos busca compreender as determinadas situações concretas e relacionais do trabalho informal observadas no centro da cidade de Quixadá (Ceará). Tais processos organizativos se estruturam a partir das ações e significados atribuídos a realidade prática por parte de seus agentes. A nossa intenção é apresentar a complexidade cotidiana das diferentes dimensões (material, institucional, relacional e simbólica) que atuam de maneira interdependente neste contexto de trabalho em condições de informalidade. Fazemos isso nos aproximando do ponto de vista dos próprios trabalhadores que movimentam esta economia.

A economia da cidade de Quixadá historicamente está associada ao agronegócio e nas últimas duas décadas têm experimentado intensas transformações pelas instalações de indústrias na região, o que também acelerou seu processo de urbanização e a consequente ampliação das atividades comerciais e de serviços. Entranhada às empresas formalizadas na cidade, coexiste crescente e heterogênea economia informal, movimentada por pessoas que enfrentam condições precárias de trabalho em busca de sobrevivência. Ao longo desta introdução vamos apresentar algumas definições sobre o fenômeno da informalidade a fim de posicionarmos com mais segurança na compreensão das características estruturais e funcionais de sua complexidade na cidade de Quixadá.

No âmbito das instituições internacionais informalidade começou a ser abordada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano de 1972, quando encaminha um grupo de pesquisadores para estudar a situação econômica do Quênia. Neste período a OIT publicava os estudos pioneiros sobre o chamado *setor informal* da economia urbana, que foi entendido como um fenômeno típico de países subdesenvolvidos, “nos quais o avanço das relações mercantis modernas não havia sido capaz de incorporar expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista” (KREIN; PRONI, 2010). A expectativa, na época, era que as intervenções estatais com foco no desenvolvimento do sistema produtivo conteriam a expansão deste setor. Expectativas estas frustradas, já que o que se observou foi na verdade a complexificação e avanço do fenômeno da informalidade em todos os países do globo, o que exigiu novos posicionamentos por parte da própria OIT.

Seguindo as determinações da instituição, verificamos que, mais recentemente, em resolução publicada no ano de 2002, a OIT propõe a substituição do termo setor informal pela expressão economia informal, devido esta última referir-se a todos os trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidos, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais de emprego. Sendo assim, a economia informal não representaria um setor específico, mas sim uma série de atividades produtivas que existem em paralelo - e em complementariedade - aos diversos setores da economia que atuam regulamentados por dispositivos legais.

Cada vez mais, o “setor informal” tem sido considerado inadequado, se não enganoso, termo para refletir esses aspectos dinâmicos, heterogêneos e complexos de um fenômeno que não é, de fato, um “setor” no sentido de um grupo específico da indústria ou atividade econômica. O termo “economia informal” passou a ser amplamente utilizado para abranger o crescente e cada vez mais diversificado grupo de trabalhadores e empresas, nas áreas rurais e urbanas, que operam informalmente (ILO, 2002, p. 6, tradução dos autores).

O fenômeno da informalidade é também amplamente abordado pelas ciências do trabalho. É possível encontrar pesquisas que caracterizam a estrutura e o funcionamento deste fenômeno em áreas como Economia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Direito e até nas Artes Plásticas. Destacamos aqui, dentre outras: as contribuições de Cacciamali (1982) sobre o processo de informalidade como as mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia; a descrição realizada por Noronha (2003) sobre as noções de informal, ilegal e injusto atreladas a este tipo de trabalho ao longo das décadas de 1970 até os anos 2000; as definições de Filgueiras, Druck e Amaral (2004) sobre os quatro paradigmas que ao longo do tempo foram assumindo o setor informal (a velha informalidade), o trabalho subalterno (a informalidade neoclássica), o trabalho não-fordista (informalidade no contexto da globalização) e o empreendedorismo (a lógica individualista do trabalho não regulado).

Para os objetivos desta pesquisa que, como já informamos, se alia aos aspectos teóricos e metodológicos da Psicologia Social do Trabalho, mais do que definir o trabalho informal, queremos compreender este fenômeno no fluxo dinâmico das ações e significados utilizados pelas pessoas que aí se inserem para sobreviver. Sendo assim, favorecemos aqui o entendimento sobre o funcionamento cotidiano

desta realidade, assumindo a perspectiva dos próprios trabalhadores sobre as suas condições e relações no ambiente de trabalho informal.

As múltiplas configurações que o trabalho informal assume no contexto urbano e rural delineiam o que Giraldo (2017) designa de economia popular, ou seja, as variadas formas como os setores populares resolvem a sua sobrevivência. Consiste numa economia “necessária para a sobrevivência e a reprodução social e biológica das cidades, mas que não são alvos de políticas públicas por estarem a margem das leis do estado” (GIRALDO, 2017, p. 9, tradução dos autores). O autor menciona que, apesar da ausência de regulação estatal, tais atividades de trabalho funcionam segundo regulações não-estatais: “regras que se desenvolvem espontaneamente na vida social” (GIRALDO, 2017, p. 10, tradução dos autores).

Os diversificados modos de trabalho na maioria dos casos de informalidade têm constituído aquilo que Peter Spink nomeia como *nanoeconomia*, ou seja, a “batalha cotidiana para criar possibilidades de [...] sobreviver e de garantir a sustentação familiar” (SPINK, 2009, p. 231). Consideramos que o trabalho informal como condição para o sustento individual e familiar, enfrentando impedimentos e vulnerabilidades concretas para conquista dos objetivos cotidianos, conduz à problematização no campo da Psicologia sobre as experiências sociais e subjetivas que medeiam a atividade prática destes trabalhadores. Pesquisas que envolvem trabalho informal têm sido desenvolvidas no âmbito da Psicologia Social do Trabalho através de variadas categorias, dentre elas: cotidiano, organização, cooperação/competição, sociabilidade, autogestão, estratégias de ação, micropolítica, saúde e sentidos.

As contribuições referidas acima, dentre outras, servem de preciosa valia para o desenvolvimento desta pesquisa. Os estudos sobre a informalidade no âmbito da Psicologia tendem, pela própria característica epistemológica do objeto psíquico, a focalizar o ponto de vista dos trabalhadores, seus aspectos subjetivos. No entanto focalizar a dimensão prática do trabalho em condições de informalidade e seus respectivos reflexos na consciência (individual e coletiva) pode representar para a pesquisa psicológica a oportunidade de compreender as atividades de trabalho para além da problematização acerca dos impactos que os padrões produtivos e prescritivos do emprego imprimem na subjetividade e saúde mental.

A própria definição das situações de trabalho “não fordistas” como informais é questionável do ponto de vista da atividade prática e cotidiana, por estar aí implícito que as operações objetivas, por exemplo, de um vendedor ambulante (uso de instrumentos, interações, normas e processos organizativos) não possuem alguma forma. Esse tipo de análise é muito parcial e simplista para o aprofundamento funcional na realidade dos indivíduos que vivenciam tais situações. Neste sentido, Sato (2011, p.243) afirma que “tratar a economia como informal desconsidera a existência social dos mercados. A vida acontece quando pessoas fazem acordos e negociações compartilhadas, sem a necessidade de acordos escritos (...), qualquer atividade de trabalho envolve organização coletiva, com regras e papéis definidos”. A própria escolha por atuar na informalidade pode não estar vinculado à pobreza ou única via de subsistência, mas também por questões de liberdade, autonomia e rendimentos (SATO, 2017).

Assumindo a dialética sujeito-meio como ponto de partida, nesta pesquisa nos interessa compreender o desenvolvimento da atividade prática (condições, percepções, táticas, vínculos, objetivos, afetividade) que os sujeitos observados enfrentam nas relações concretas e simbólicas de trabalho informal a fim de resolver os problemas do dia a dia. Tais situações implicam em modos de viver e de subjetivação que possuem impacto na saúde destas pessoas. Voltar-se para a compreensão do trabalho informal do ponto de vista do cotidiano representa, portanto, abordar a esfera humana dos conflitos para adquirir e ampliar os proventos necessários à sobrevivência.

2 MÉTODOS

O desafio metodológico deste estudo consistiu em agrupar informações que sejam representativas de um contexto de trabalho a céu aberto, dividido num espaço amplo e com diferentes faces de apresentação. A solução que utilizamos foi combinar diferentes métodos de registro e diálogo e escolher cinco atividades de trabalho informal – aquelas mais representativas pela quantidade de agentes – para realizar as observações. Na aproximação com o campo foi importante mantermos atenção nos aspectos históricos que configuram a vida material e social nas situações de trabalho. Sendo assim, antes e durante as entrevistas buscamos informações sobre a organização destes trabalhos no território do Centro da cidade, a sequência de institucionalizações do poder público municipal, o tempo que as pessoas estão trabalhando naquelas condições e quais transformações eles presenciaram neste período.

Escolhemos delimitar o centro da cidade pela possibilidade de aí acessar o maior número de pessoas em território específico que conseguimos abranger nas inserções de campo. Sabemos, do ponto de vista

quantitativo, que a zona rural engloba a maior parte do trabalho informal da cidade. Não consideramos o ambiente rural nesta pesquisa. Nosso ponto de partida foi inspirado em procedimentos etnográficos na forma de estudos como Sato (2007), Spink (2007), Lima e Souza (2019). Iniciamos a nossa aproximação com caminhadas dentre as ruas do centro. Utilizando diário de campo, separadamente percorremos as calçadas da cidade para perceber as práticas de trabalho no fluxo cotidiano de horários, produtos e mercadorias comercializados, serviços, usos do espaço, aglomerações, circulação de pessoas e relações com as lojas do quarteirão. Com o tempo percebemos a preponderância de determinadas atividades de trabalho que aconteciam nas calçadas, e até nas ruas. As pessoas que exerciam tais atividades se mostravam receptivas e ocupavam juntas algumas regiões do bairro. Escolhemos, portanto, nos concentrar nas cinco modalidades de trabalho informal que se apresentaram em maior quantidade para realizar a segunda fase da pesquisa.

Durante a segunda fase estivemos engajados em acessar o ponto de vista destas pessoas, compreender as suas ações a partir dos significados que utilizam para descrever seus próprios contextos de trabalho. Para tanto, escolhemos realizar entrevistas semiestruturada considerando as sugestões de Coulon (1995) e Becker (1997). Utilizamos para guiar o diálogo um instrumento de pesquisa que, após pré-teste de três entrevistas e aprovação pelo Conselho de Ética em Pesquisa, contou com perguntas abertas e fechada que questionavam sobre: inserção no trabalho; posto de trabalho; situações problemas cotidianas; experiências de trabalho; condições de saúde; participação em políticas públicas diversas; e redes de apoio.

Participaram das entrevistas 23 trabalhadores que exerciam funções de: mototáxi (5); vendedoras de roupas e artigos diversos (5); feirantes de frutas e hortaliças (5); vendedores de lanches (5); vendedores de eletrônicos e acessórios – “camelôs” (3). Cada participante assinou concordância mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas em áudio. As informações que recebemos a partir dos questionários e das gravações foram dialogadas em reuniões do grupo de pesquisa que, analisando comparativamente as descrições das (os) entrevistadas(os), escolhe por categorizar tais informações em quatro categorias e definir anteparo teórico adequado para compreensão das narrativas.

3 RESULTADOS

Iniciaremos a exposição dos resultados descrevendo alguns aspectos sociodemográficos, saúde e utilização dos serviços públicos pelo conjunto de trabalhadores pesquisados. Após tal caracterização exporemos informações mais qualitativas quanto às condições ambientais de trabalho destas pessoas, seus processos organizativos, as implicações do trabalho na saúde e os saberes práticos que tais trabalhadores desenvolvem nas suas experiências cotidianas.

3.1 Aspectos quantitativos

De maneira geral existe pouca tendência homogênea dentre as pessoas pesquisadas. Indicaremos aqui apenas os dados que tiveram maior frequência a partir das entrevistas semiestruturadas. Quanto ao sexo, dentre as 23 pessoas entrevistadas, observamos relativa paridade quantitativa (não planejada pela equipe de pesquisa), entre homens (11) e mulheres (12). Foi constatado, porém, certa divisão sexual dentre os serviços praticados, prioritariamente, por homens (mototáxi, feirantes e camelôs) ou mulheres (vendedoras de roupas e bordadeiras artesanais), havendo poucas exceções.

Do total, 65% se declaram pardas (os) e quase a metade (11) possuem como escolaridade máxima o ensino fundamental completo, sendo alguns (5) com fundamental incompleto e apenas três com o ensino médio completo. A maioria (15) atua sozinha no posto de trabalho, sendo a mesma quantidade para as pessoas que possuem apenas uma ocupação remunerada, o restante combina duas ocupações para garantir o sustento. Quanto ao valor que conseguem lucrar com o respectivo serviço que estávamos abordando nas entrevistas, seis pessoas afirmam arrecadar menos que R\$600,00 mensais, nove arrecadam entre R\$600,00 e R\$1.000,00 por mês e oito declaram arrecadar mais de R\$1.000,00 por mês. Dentre este último segmento não houve muita variabilidade, apenas um feirante de vegetais afirmou arrecadar cerca de R\$4.300,00 por mês de trabalho. Cabe ainda considerar que 12 das(os) entrevistadas(os) nunca tiveram a carteira de trabalho assinada. daquelas(es) que já tiveram emprego formal anterior, seis saíram por motivo de demissão e cinco saíram por escolha própria.

Naquilo que objetivamente pudemos questionar sobre as situações de saúde destas pessoas, 18 percebem a saúde prejudicada devido a rotina de trabalho. Os principais sintomas relatados foram: dor nas costas (13), dor de cabeça (9), distúrbios na visão (7), auditivo (2) e digestivo (2), problema respiratório (3), insônia (3) e palpitações cardíacas (2). Como se percebe, algumas pessoas indicam sentir mais de um destes sintomas. Ao serem questionadas (os) quanto a busca por serviços de saúde para atendimentos relacionados

à tais problemas, todas as 18 pessoas indicaram que já buscaram a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a Policlínica ou Hospital Jesus Maria José, todos serviços de saúde públicos localizados em Quixadá. Destas 18 pessoas, apenas oito afirmam que os sintomas foram reduzidos mediante medicamentos e cuidados pessoais. Para as(os) demais, os problemas ainda persistem. No âmbito da saúde ainda se faz útil verificar que seis pessoas declaram que já sofreram algum acidente no posto de trabalho: colisão de moto, atropelamento na calçada, queimadura com óleo quente e desmaio por fadiga.

Quando nos concentramos em compreender suas participações em políticas públicas constatamos que: oito contavam com o benefício do Bolsa Família, embora 12 delas tinham as famílias cadastradas no CadÚnico; a ampla maioria (20) participaram de ensino fundamental ou médio em escolas públicas municipais e estaduais, aquelas(es) que já tinham filhos também matricularam estes em escolas públicas; quase todas (22) utilizam os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) quando estão com problemas de saúde variados; apenas uma senhora afirmou ter recebido casa própria pelo Programa Minha Casa Minha Vida. No tocante à previdência pública, 16 pessoas já recolheram contribuição para a aposentadoria (algumas apenas no período que estiveram empregadas), enquanto dez delas permanecem contribuindo mensalmente como autônomas (os). daquelas que não estão contribuindo (13) existe a reiterada afirmação da falta de conhecimento sobre como funciona o processo de aposentadoria. Quando questionadas do motivo pela não contribuição, somam-se à falta de conhecimento motivos como: valor muito alto, não vê importância nisso e que já são aposentadas (3).

Consideramos ainda importante expor que 21 pessoas afirmaram receber apoio familiar para a realização das atividades de trabalho cotidiano (preparo do almoço, transporte de mercadoria, cuidado com os filhos e substituição quando estão doentes). Outras pessoas afirmaram que conseguem esse apoio com vizinhos (6), colegas de trabalho (5) e amigas(os) da comunidade religiosa (3). A relação do trabalho cotidiano com as redes de apoio será importante para analisar algumas informações qualitativas mais adiante. Por fim, durante os contatos telefônicos no período de distanciamento social, constatamos que, das 14 pessoas que conseguimos conversar, apenas duas delas já tinham recebido o Auxílio Emergencial disponibilizado pelo Governo Federal. Dos motivos para não estarem recebendo: problemas documentais, demora no repasse, já recebiam outro benefício, ou tinha conseguido recentemente um emprego formal.

3.2 Condições, saúde e saberes práticos

Exporemos agora informações e narrativas seguindo as entrevistas com trabalhadores de cada segmento abordado. Em nossas observações de campo, de forma facilmente perceptível, os **mototaxistas** representam a maior quantidade de pessoas que aderem ao trabalho informal nas ruas do Centro de Quixadá. Alugando os seus serviços de transporte ou entrega de encomendas segundo valores a depender da distância percorrida, estes trabalhadores (em sua totalidade homens) se concentram nas sombras das esquinas mais movimentadas, bem como na rodoviária municipal, à espera de clientes. Estes locais foram ideias para a nossa aproximação. Ficamos sabendo que existem basicamente duas lógicas para escolha dos pontos de fixação: o fluxo de pessoas e a boa relação com os demais mototaxistas do mesmo ponto. No geral, percebemos que a necessidade da sombra é também fundamental, visto que é uma cidade com altas temperaturas pela manhã.

Para entrar nesta atividade atualmente basta ter uma moto, uma bata que os identifique, dois capacetes e a disposição de esperar clientes. Inicialmente os órgãos de fiscalização da cidade eram mais exigentes quanto à padronização das batas, a placa vermelha, inscrição no sindicato e a participações em cursos de reciclagem. Mas já faz alguns anos que essa fiscalização não acontece, o que gera a "pirataria" no serviço. Ou seja, pessoas que atuam sem regulamentação e que, fato reiteradamente denunciado, realizam tráfico de drogas de forma disfarçada. Este fato é apontado como "concorrência perigosa" e que "aumenta a desconfiança dos clientes" sobre o serviço que oferecem.

Outro ponto bastante comentado nas entrevistas é que o aumento da concorrência ("piratas" ou não) tem reduzido a chance de lucros com a profissão. Isso acarreta, além da falta de segurança nos lucros, a impossibilidade de comprarem equipamentos de segurança como cotoveleira, joelheira, luvas, protetores para os braços e capacete novo. Foi comum, inclusive, observarmos mototaxistas de bermudas e sandálias. A ampliação da concorrência nos últimos anos parece também repercutir nos laços de amizade dentro de cada ponto. "De primeira dávamos oportunidades para todos conseguirem os passageiros, agora a cada um por si" (Sic). A fim de demonstrar a quantidade de pessoas que atuam neste serviço, em cada um dos três pontos observados, em dias distintos, havia entre 14 e 18 mototaxistas. Mas aparentemente a interação entre eles é constantemente amistosa, com a troca de anedotas e alguma generosidade. "Apesar das brigas a gente se ajuda, como uma família" (Sic). Segundo eles, os desgastes relacionais mais preocupantes são com as pessoas

que desvalorizam os seus serviços, uma espécie de visão pejorativa que os coloca na situação de “invisíveis” (Sic), já que quando precisam convidar possíveis clientes sofrem algumas humilhações ou grosserias como resposta.

Em todas as entrevistas com estes profissionais verifica-se que eles mesmo organizam as suas rotinas de trabalho, e isso é visto como fator positivo para a escolha da profissão. A maioria dos que conversamos indicam que possuem outras atuações profissionais (motorista de caminhão, professor de autoescola, pedreiro, capatazia, entregador de leite, cuidador de idosos). Nestes casos, a escolha pelo expediente de mototáxis varia de acordo com a possibilidade de outros trabalhos. Mas existe muita inconstância nestes serviços, o que os traz insegurança e apreensão quanto à renda mensal para sustentar a família. De maneira quase hegemônica, os entrevistados não veem possibilidade de conseguir um emprego formal devido a falta de qualificação e precisam se esforçar por fazer uma “meta diária” de viagens.

Para garantir a continuidade dos serviços estes trabalhadores afirmam algumas táticas que podem lhes agregar a confiança dos clientes: rapidez e segurança nas viagens, educação no atendimento, pedir que os indiquem, baratear os preços e entregar cartões com o seu contato (as viagens encomendadas representam boa parte de suas rendas). A disponibilidade e a confiança são dois argumentos muito presentes nos seus discursos para afirmarem a qualidade do serviço. A aproximação com os mototaxistas alerta-nos ainda para o fato de que muitos sentem prejuízos na saúde em decorrência do trabalho, como: dores nas costas, dor de cabeça e manchas nos braços devido a intensa exposição ao sol e à má alimentação.

Em termo quantitativo também se destacam as mulheres **vendedoras de roupas e artigos diversos**. Dos dias observados, a totalidade eram mulheres já em idade amadurecida (a mais nova das entrevistadas estava com 57 anos). Em nossos diálogos ficamos sabendo que o espaço onde se localizam (a extensão de uma quadra numa rua estreita com bastante sombra) concentra todas as vendedoras do centro, sendo concedido pela prefeitura de forma provisória, enquanto o poder municipal organizaria um plano diretor e, com isso, alterações na configuração do centro da cidade, reservando um espaço adequado para aquelas trabalhadoras. Mas de forma reiterada escutamos denúncias quanto à má conduta dos fiscais e o descaso dos gestores públicos com a insegurança no local onde estão trabalhando. Inclusive, com casos de atropelamentos e “motoqueiros que derrubam as mercadorias” (Sic).

Devido ao espaço pequeno as bancas de venda (mesas com estrutura de ferro onde se apoia uma lona ou guarda sol) se dispõem muito próximas e isso favorece que elas se aglomerem em pequenos grupos. A interação deste grupo é vista como positiva para a ajuda mútua, conversas divertidas e compartilhamento de alimentação. Nos foi relatado que existe sim competição pelos postos mais próximos da esquina (onde o fluxo de pessoas é maior). No entanto todas as entrevistadas consideram que seus pontos estão garantidos devido o tempo que já trabalham naquele local. A organização espacial da feira parece estar condicionada a uma lógica histórica de seu uso ou do tempo de serviço das trabalhadoras. O tempo delas nesse tipo de comércio variava entre 14 e 18 anos. Mesmo com alguma garantia pelos postos de trabalho é também afirmado que não podem ficar muito tempo sem irem para a feira (quando ficam doentes ou quando o movimento está fraco, por exemplo), pois assim abrem espaço para assumirem seus pontos. “Aqui é cada uma no seu canto, mas não pode vacilar” (Sic).

A organização cotidiana do expediente é variável, mas todas só trabalham até meio dia (o pico das vendas é por volta das 10 horas da manhã). No restante do dia relatam que cuidam de afazeres domésticos, numa dupla jornada que agrega limpeza, cozinhar e cuidar dos filhos. Inclusive uma delas revela que tinha um emprego formal, mas precisou sair para cuidar dos filhos. Outra regularidade consiste na movimentação mais intensa do comércio nos dias em que os(as) idosos(as) recebem a aposentadoria e nos dias em que as mães recebem o auxílio do Bolsa Família. Esse fato faz, inclusive, influência que a localização da feira seja próxima a agência da Caixa Econômica.

A ampla exposição ao sol e o peso no transporte das mercadorias são considerados como prejudiciais para a saúde. É certo que fator idade também favorece para alguns problemas, mas nos discursos das entrevistadas as situações de trabalho são relatadas como causas para sintomas como: dor nas costas, dor de cabeça, insônia e infecção urinária (devido dificuldades de ir ao banheiro). No âmbito psicossocial verificamos que as narrativas sobre o cotidiano de trabalho mesclam percepções de satisfação e insatisfação. Por um lado, a convivência com colegas e as possibilidades de sustento digno são interpretadas como potência de vida, “nasci para vender e faço isso muito bem” (Sic). Por outro lado, a insegurança nos proventos, os baixos lucros, e os conflitos com a prefeitura atribuem algum sofrimento nos discursos das mulheres entrevistadas.

Cabe ainda considerar alguns procedimentos adotados que ampliam o potencial das vendas. Paralelo à localização e a disponibilidade nos horários e dias de pico, as habilidades de diálogo com clientes e, portanto, de um atendimento bem-sucedido, envolve simpatia, tratamento carinhoso (com elogios), descrição da

qualidade do produto, negociação do preço e algum diferencial na aparência da banca, como por exemplo a organização dos artigos ou o uso de uma farda juntamente com outras colegas. Um fenômeno que nos chamou atenção é que existem casos, narrados por duas entrevistadas, de subcontratação. Quer dizer, algumas donas de banca pagam R\$350,00 mensais pelo serviço de vendas, ficando com a arrecadação total no final do mês.

Mais tradicionais no comércio de rua do centro de Quixadá são os **feirantes de frutas e hortaliças**. Localizados na praça da igreja matriz, em bancas maiores e mais espaçadas que as vendedoras de roupas, estes trabalhadores representam uma verdadeira cultura de feira na cidade. Também mencionam o atual local de trabalho como provisório. Atendem pessoas e restaurantes interessados em produtos orgânicos e recentemente colhidos. Das pessoas que entrevistamos, a relação com o trabalho na feira remete a uma das fases de tarefas que também envolvem o plantio e cultivo dos produtos que vendem. Essa é, portanto, uma cadeia atividades que envolvem os cotidianos de trabalho destes homens e mulheres. Parte da família, inclusive, participa junto das etapas do processo produtivo. Para os mais jovens, essa é uma “inserção natural” na tradição do trabalho no campo e, paralelamente, comercialização dos produtos na feira. Já para os mais experientes, tais tarefas representam uma trajetória laboriosa que aferem sustento e reconhecimento dos clientes, mas também limitações para dedicação aos estudos ou aprender outra profissão. A falta de acesso à informação é tão grande que uma senhora 56 anos não havia ainda dado entrada no processo de aposentadoria, que é direito seu como trabalhadora rural.

A feira funciona todos os dias a partir das seis horas da manhã e vai até as 13 horas. Nenhuma pessoa entrevistada reclamou do movimento dos clientes. Afirmam (e estas foram as únicas referências com essa denominação) que já possuem “fregueses garantidos” que recorrentemente buscam os seus produtos em dias específicos da semana. Então eles já se organizam para atender as demandas da freguesia. Inclusive através de contatos telefônicos. Informações sobre a qualidade do produto, o dia que foi colhido e aspectos da safra são, com certeza, um diferencial para as pessoas que preferem comprar dos feirantes aos supermercados. O preço dos vegetais também varia em relação ao seu amadurecimento, o que é facilmente negociado. O diálogo simples e sincero parece ser uma forma de manter os vínculos com a freguesia. Os ganhos registrados neste segmento foram os mais elevados dentre todas(os) entrevistadas(os).

Com relação à saúde percebemos que eles reclamam pouco, ou menos que os demais, das condições de trabalho. Mas quando perguntado descrevem os mesmos sintomas causados pela intensa exposição ao sol, além de dores de ouvido e de garganta devido a proximidade com o carro de som e a poeira das ruas. O carro de som que oferece artigos de plástico funciona vizinho às bancas da feira e é realmente insuportável. A ponto de desestimularmos a ir conversar com este comerciante.

Dentre o conjunto de trabalhos informais observados os **vendedores de lanches** foram aqueles que apresentaram maior variação de produtos, maneiras de agir e discursos. Todos os entrevistados são homens com idades bem distintas. Trabalham em carrinhos equipados com chapa, botijão, guarda sol e compartimentos para armazenar os alimentos. Afirmam que as suas localizações dependem de autorização da prefeitura, mas, mais ainda, de negociações com os donos das lojas. Isso evita denúncias e possíveis constrangimentos por parte fiscais. Mesmo assim, relatam que não é raro os agentes da prefeitura exigirem a mudança do local de trabalho.

A facilidade de deslocamento favorece que os carrinhos não fiquem muito próximos. Apesar uma convivência amistosa dentre outros vendedores de lanches, há denúncias sobre o “olho gordo que quer tomar o meu ponto” (Sic). Por isso chegar cedo e a disciplina diária são importantes para manter o posto e a clientela. No geral, para manterem-se no trabalho precisam ser ágeis e atentos. Em nossas observações, em nenhum momento vimos estas pessoas se sentarem para descansar. Esse fato deve ser a causa para reclamações relacionadas às dores nas costas e nas pernas, além do cansaço visual devido a tensão do olhar na chapa quente. Dois dos entrevistados relatam que sentem estresse por causa das exigências por rapidez e qualidade na produção do alimento que, na maioria dos casos, são feitos na hora. Muitos dos clientes são trabalhadores que atuam no próprio centro da cidade.

Interessante perceber que os vendedores de lanches com os quais conversamos reproduzem constantemente a retórica do empreendedorismo. Apenas um deles atuava neste segmento por obrigação (por ordem dos pais), mas os demais afirmam que escolheram “montar meu próprio negócio, ser meu próprio patrão”. Um deles foi demitido do emprego anterior, outro escolheu sair e os outros dois (os mais jovens) nunca tiveram um emprego formal. Neste serviço a rapidez e a qualidade se aliam à necessidade de bom atendimento, educação, divertimento e a limpeza constante do carrinho para “gerar confiança no cliente, quem gosta sempre volta”. Essas narrativas de valorização do trabalho autônomo como mecanismo de liberdade profissional são reiteradas pelo gosto de cozinhar, pela “saída rápida dos produtos” e pela curiosidade de

buscar novas receitas na internet e “expandir o negócio”. Pela internet dois deles também dizem acessar cursos profissionalizantes em gestão de empresas. Apesar das inseguranças e dos conflitos com os fiscais da prefeitura, nenhum dos entrevistados afirmou interesse em conseguir um emprego formal. Apenas um deles recolhe contribuição para a Previdência na condição de autônomo, os demais não veem importância nisso ou não conhecem os trâmites. Quanto as redes de apoio, estes trabalhadores identificam nas famílias e nos amigos que os indicam a ajuda necessária para a continuidade nos cotidianos de trabalho.

Dentre as modalidades de trabalho informal observadas nas ruas do centro de Quixadá, a menos frequente foi a vendedores de **artigos eletrônicos e acessórios para celular**. Mais conhecidos como camelôs, estes trabalhadores estabelecem concorrência com pequenos comércios que funcionam em lojas e, para conseguir vender, precisam baixar muito os preços de seus produtos. Vendem produtos industrializados que trazem de outras cidades. Se dispõe nas zonas de passagem da calçada e apresentam pouca variação de comportamentos para efetivar a venda, apenas anuncia em tom alto algumas “promoções do dia”. Um dos entrevistados afirmou que já trabalhou caminhando pelas ruas, mas preferiu se fixar num local depois de negociar permissão com o comerciante da loja em que fica na frente. Para ele existe aí mútua vantagem, ele ajuda a proteger a loja de possíveis furtos e, naquele local, ele pode utilizar-se da sombra, do fluxo de pedestre, de esconder a mercadoria em casos de fiscalização, também os vendedores da loja o integram nas brincadeiras e compra de lanches. Daqueles que entrevistamos, nenhum conseguia receber mais do que R\$600,00 mensais, mas não reclamavam do trabalho e nem afirmam algum prejuízo nas condições de saúde. Na verdade, até diziam gostar desse tipo de trabalho por não ter que suportar as cobranças de um patrão. Interessante é que apenas um deles já havia tido outro trabalho anterior ao de camelô. Os três entrevistados disseram não ter esperanças de encontrar algum emprego e pretendem “abrir o próprio negócio”, apesar de não especificar que tipo negócio seria esse.

4 ANÁLISES E QUESTÕES

A interpretação das informações coletadas e descritas aponta para quatro categorias analíticas no sentido de compreender os processos organizativos das(os) trabalhadoras(es) pesquisadas(os): as regularidades socioeconômicas; o trabalho precarizado e seus reflexos na saúde; as determinações sociais de racionalidades práticas; e as redes sociais de apoio. Trataremos cada uma destas categorias buscando sistematizá-las num quadro que considere suas inter-relações mútuas dentro do contexto material, relacional e simbólico das atividades observadas.

Do ponto de vista comparativo é possível delinear que a maioria das(os) trabalhadoras(es) informais pesquisadas(os) são pardas(os), com pouca escolaridade e qualificação profissional, carga horária de trabalho extensa, embora com baixos rendimentos. Em muitos casos a inserção aconteceu por influência familiar ou por estarem em situação de desemprego e não terem alternativa para a sobrevivência. Alguns, porém, escolheram e reforçam a “liberdade” do auto emprego. Quase todas(os) dependem de serviços públicos de educação, saúde e assistência social.

As realidades das pessoas pesquisadas coadunam com os resultados de estudos anteriores, em distintos contextos territoriais, que envolvem trabalhadores que atuam em condições de informalidade e, dependendo dos equipamentos, tarefas e produtos comercializados, recebem no Brasil denominações como: informais, autônomos, ambulantes, camelôs, feirantes, trabalho de rua, ilícito e não regulado (SALVITTI, VIÉGAS, MORTADA; TAVARES, 1999; OLIVEIRA, 2009; SATO, 2011; 2013; ANDRADE, 2014; SANTOS, MACIEL; SATO, 2014; BENDASOLLI; COELHO-LIMA, 2015; COELHO-LIMA, 2016; LIMA; SOUZA, 2019; AQUINO; PEREIRA; PREIRA FILHO, 2020). Estes estudos, dentre outros, demonstram que, apesar da heterogeneidade das diversas situações de trabalho em condições de informalidade, existem aí algumas **regularidades socioeconômicas** dentre as pessoas que se inserem nesta economia, descrevendo óbvia relação entre tais trabalhadoras(es), as suas condições de classe social e o histórico de exclusões do sistema produtivo dominante.

Interessante aporte para compreender as lógicas de trabalho dentre os patamares econômicos inferiores da sociedade brasileira está na crítica de Souza (2009) sobre as condições de vulnerabilidades estrutural que obrigam as pessoas da classe social baixa buscarem sobrevivência a partir de trabalhos em condições de extrema precariedade. O autor denomina de forma provocativa esse público vulnerável de “ralé brasileira” e considera que a sua reprodução se realiza na escassez de acesso ao capital econômico e cultural, restando como única alternativa enfrentar as condições opressivas e excludentes do mercado, sem alguma garantia de direitos sociais. Sendo o capital econômico transmitido principalmente por vínculos de sangue, resta para este público o capital cultural como única forma de acesso ao conhecimento útil capaz de promover alguma ascensão profissional e, por seguinte, acúmulo de renda. Com o perfil de escolaridade muito baixo,

como são os casos das pessoas entrevistadas, verifica-se aí determinantes concretos e institucionais para a reprodução das desigualdades sociais no mundo do trabalho. Sendo assim, as problemáticas cotidianas de insegurança, insalubridade e irregularidade – todas elas apontadas nas narrativas das pessoas pesquisadas – possuem ligação muito estreita com a contraditória relação de conflitos e dependência dessas pessoas com as políticas públicas, com o desemprego e com as ideologias capitalistas.

Sobre o aspecto ideológico que caracteriza a relação de cidadãos com os complexos institucionais do Estado e do mercado, Souza (2009) identifica na meritocracia a “ideologia principal do mundo moderno” (p.43). A noção amplamente difundida do sucesso pelo esforço individual toma como ponto único de referência os resultados da ação particular em detrimento a consideração de todas as precondições familiares e profissionais imanentes às enormes desigualdades sociais que geram estes indivíduos. “O esquecimento do social no individual é o que permite a celebração do mérito individual, que em última análise justifica e legitima todo tipo de privilégio em condições modernas. (SOUZA, 2009, p. 44). Tais críticas sobre a ideologia meritocrática serão úteis nas análises sobre a valorização da autonomia por parte das(os) trabalhadoras(es) pesquisadas(os).

Para o momento queremos evidenciar que as cinco modalidades de trabalho informal observadas no contexto da cidade de Quixadá representam faces daquilo que Sato (2017) denomina como “polimorfia do trabalho em centros urbanos” (p. 162-171). O desemprego estrutural e os limites de acesso ao capital econômico e cultural, aliados à necessidade de sobrevivência (individual e familiar), impulsionam estas pessoas ao agenciamento de maneiras de agir para obter algum sustento. As diferentes modalidades de trabalho informal observadas são, em alguma medida, experimentações em busca de sobrevivência. Salvo o trabalho dos feirantes de frutas e hortaliças – atividade aprendida na tradição familiar – as inserções das pessoas pesquisadas neste trabalho se deram principalmente pela necessidade e pela busca inventiva de mobilizar seus poucos recursos (financeiros, formação e relações proximais) para gerar rendimentos.

A pesquisadora em questão menciona a utilidade da noção de nanoeconomia para compreender estes contextos de trabalho, ou seja, “a batalha cotidiana para criar possibilidades [...] econômicas de sobrevivência a partir de sua utilidade no micro lugar, no quarteirão, na comunidade” (SPINK, 2009, p.231). São nestas possibilidades que se operam engenhosidades cotidianas e que Sato (2017) identifica alguns fenômenos que também observamos na presente pesquisa: os rendimentos combinados (os “bicos”) da dupla inserção; o movimento pendular entre trabalho formal e informal; as redes sociais de ajuda mútua para criação de trabalhos; a família como condicionante para a trajetória laboral; a mobilização inventiva de materiais, conhecimentos e experiências para gerar renda; e a influência de aspectos culturais e territoriais para a configuração dos arranjos produtivos.

Passando para considerações que envolvem as condições do **trabalho precarizado e seus reflexos na saúde** das(os) trabalhadoras(es) devemos apontar primeiramente as características predominantes nas situações de trabalho observadas: acontecem em ambientes de calçada ou mesmo na rua. Tal característica é fundamental para apontarmos a insalubridade destas situações de trabalho. A exposição constante ao sol, chuva, poeira, tráfego de carros e moto, furtos, brigas e a repressão de fiscais compõem fatores de risco para a saúde das pessoas entrevistadas. Inclusive a grande maioria percebe a saúde prejudicada devido a rotina de trabalho, incluindo a descrição de sintomas recorrentes, doenças adquiridas e acidentes sofridos.

As vulnerabilidades que o trabalho de rua exerce na saúde orgânica de seus atores são tão evidentes quanto os riscos psicossociais (JACINTO; TOLFO, 2017) destes processos de trabalho. Em quase todas as entrevistas pudemos registrar sentimentos relacionados à humilhação, insegurança e falta de reconhecimento. Contrariamente as relações de amizade e cooperação entre aqueles que trabalham juntos nas calçadas, as pessoas entrevistadas indicam com desapontamento suas percepções sobre a forma como as pessoas da cidade enxergam os seus trabalhos. É comum, por exemplo, que em resposta às ofertas dirigidas aos pedestres (possíveis clientes) lhes sejam dirigidas palavras de desconfiança, irritação ou grosserias verbais. Situações relatadas com desgosto, já que precisam ocupar tais espaços e agir de tais maneiras para concretizar seus serviços. Neste sentido, concordamos com Andrade (2014) ao considerar que existe forte preconceito ligado ao trabalho de rua no Brasil e que isso foi historicamente construído – já se tem registros destas atividades nas capitais brasileiras desde metade do século XVII - devido serem originalmente, e até hoje em grande parcela, realizados pela população negra e mestiça. Sendo, portanto, trabalhos associados preconceituosamente a pessoas desonradas, perigosas ou preguiçosas. A subvalorização por parte da população e as iminentes fiscalizações são identificadas como fontes de estresse nos cotidianos de trabalho destas pessoas.

Ao investigarem sobre o contexto laboral de informalidade como determinante social para o sofrimento de trabalhadores, Aquino, Oliveira e Pereira Filho (2020) nos ajudam a analisar os sentimentos de medo e de insegurança narrados, por exemplo, pelos mototaxistas e pelas vendedoras de roupa entrevistados(as). Os autores afirmam que os riscos econômicos (desemprego, insegurança e remuneração

baixa) aliados a ausência de direitos (desregulamentação, não garantia de aposentadoria e de proteção digna à saúde) e a insalubridade (ambiente hostil, jornadas extensas e riscos de acidentes) marcam a naturalização da precariedade nas condições de trabalho informal. Segundo os autores, este cenário perverso acarreta a precarização da própria condição de vida de seus agentes, os quais são obrigados “viver na incerteza, na descontinuidade, em uma constante intermitência” (p. 49). Concluem que o sofrimento destes trabalhadores é, portanto, contingente às trajetórias laborais inseguras e desorientadas.

De outra parte, em contradição ao apresentado acima, percebemos nas narrativas dos vendedores de lanche e dos camelôs argumentos que afirmam na condição de informalidade a independência que almejam no trabalho. Nestes casos, a possibilidade de autocontrole sobre a jornada e não submissão a algum padrão figuram como argumentos de motivação para a continuidade no trabalho informal. Entendemos que para analisar essas diferenças de discursos é necessário verificar questões sobre a assimilação de ideologias empreendedoras, o que faremos mais adiante. No aspecto específico da saúde, se tornam interessantes as interpretações que Vladimir Safatle (2011), baseado em estudos de Georges Canguilhem acerca “o normal e o patológico”, faz sobre o processo saúde e doença. O autor considera doença como “produção de normas de ajustamento entre o organismo e o meio ambiente; normas estas vivenciadas como restrição do mundo e da capacidade de atuação do indivíduo” (SAFATLE, 2011, p. 23). Já o processo de saúde consiste numa característica do organismo produtor de normas, “na sua capacidade de ajustamento às exigências de um meio casualmente fechado” (SAFATLE, 2011, p. 26). Neste sentido possui alguma lógica a escolha por atividades autônomas de trabalho como mediação intencional para a qualidade de relações no trabalho. Embora, é claro, precisamos considerar as condições econômicas para a “liberdade” desta “escolha”, além da existência (ou não) de alternativas para a sobrevivência pelo trabalho.

O contexto social e econômico dos processos organizativos de trabalho em condições de informalidade observados no percurso da pesquisa, para além de suas influências na saúde das(os) trabalhadoras(es), nos incita questões sobre como este contexto mobiliza procedimentos de ação (individual e coletiva) no cotidiano. Dessa forma, posicionamo-nos na dialética conflitiva indivíduo-ambiente ao aproximar-nos das **determinações sociais de racionalidades práticas** que emergem na relação destas(es) trabalhadoras(es) com os impedimentos e possibilidades que o contexto apresenta. Tais racionalidades são permeadas de aspectos objetivos e subjetivos, concretos e simbólicos, factíveis e discursivos, presentes nas narrativas coletadas. Em nossos diálogos foram descritas diversas maneiras de resolver os problemas no cotidiano de trabalho. As narrativas eram acompanhadas, por vezes, de entusiasmo, e outras vezes de indignação ou pesar. Avaliamos que a categorização qualitativa destes sentimentos seria grande risco para a validação de nossas análises - até mesmo porque a mesma pessoa apresentava ambiguidades afetivas em relação à sua rotina de trabalho. Mas podemos destacar dois fenômenos importantes que caracterizam a complexidade de adaptação-transformação destes sujeitos nos sistemas de trabalho observados: a (re)produção de táticas de ação e a assimilação contraditória da ideologia de valorização do trabalho autônomo.

Para analisarmos o primeiro fenômeno retornamos a Sato (2017). A autora considera que no fluxo cotidiano de trabalhadores em condições de informalidade se operacionalizam esquemas de ação mais próximos a performances tácitas, vinculadas à inventividade hábil ditada pelas ocasiões imprevisíveis do dia a dia, do que estratégias de controle e planejamento do trabalho no espaço e no tempo. As maneiras de fazer neste trabalho indicam para habilidades aprendidas com a experiência, astúcias operacionais, ou ainda a “arte do fraco” (CERTEAU, 2014, p. 95), para fazer referência ao autor que inspira a pesquisadora em suas reflexões sobre as artes de fazer no cotidiano.

Em nossos dados podemos indicar que as tais táticas de ação estão relacionadas a três fatores interdependentes: a) uso flexível dos horários e instrumentos de trabalho - por exemplo, na escolha pelos dias de maior movimentação da feira, na utilização da moto para serviços fora o transporte de passageiros, ou na experimentação de novos lanches a serem comercializados; b) capacidade de comunicação e retórica das(os) trabalhadoras(es) em conduzir diálogos onde entram em jogo o convencimento sobre a qualidade do produto e as iniciativas de estabelecer vínculos de afeto, confiança e cordialidade - por exemplo, elogios aleatórios, enunciações rápidas em alto volume e negociações de valores; c) organização coletiva dentre as pessoas que realizam o mesmo serviço no sentido de mútua proteção e aumento das vendas - por exemplo, fixação negociada nos pontos de venda, compartilhamento de alimentação e transporte das mercadorias e indicações para as necessidades específicas dos clientes.

Sobre o segundo fenômeno que caracteriza as determinantes sociais para as racionalidades práticas partimos do aspecto contraditório dentre as narrativas das(os) diferentes trabalhadoras(es) que, por um lado, enaltecem a possibilidade de controle das tarefas no trabalho autônomo, mas por outro lado reclamam da

falta de apoio do órgãos públicos e das condições precárias de trabalho. Numa análise agregada e comparativa de nossos dados verificamos que a valorização do trabalho por conta própria está relacionada a três fatores: a) tipo de trabalho - os vendedores lanches e camelôs valorizavam mais as suas rotinas que as vendedoras de roupas, mototaxistas e feirantes; b) nível de escolaridade – os vendedores de lanche são os únicos que declaram possuir ensino médio completo; c) exercer outros trabalhos como fonte de renda – alguns dos mototaxistas mais experientes valorizam as suas rotinas de trabalho devido poderem conciliar com outros serviços remunerados.

Para analisar este aspecto ideológico implícito aos discursos de parcela dos nossos entrevistados trazemos as contribuições de Coelho-Lima (2016) ao pesquisar as relações entre ideologia e significado do trabalho por conta própria no contexto de feirantes na cidade de Natal-RN. O autor sustenta a tese que tais significados são caracterizados como ideologias (numa perspectiva lukacsiana) na medida em que se inserem num contexto econômico que, ao pressupor e enaltecer o processo de precarização, integra de forma conflitiva estas pessoas ao mercado de trabalho pela valorização da heterogeneidade de atividades e a diversificação das fontes, ao mesmo tempo em que possui funções relativas à adesão individual, competitiva e desprotegida dos participantes. Neste sentido, os significados ideológicos do trabalho autônomo devem ser interpretados numa cultura econômica global de valorização do indivíduo em detrimento ao social, servindo como um mascaramento das desigualdades que marcam o trabalho em condições de informalidade. A contradições vivenciadas neste cotidiano possuem no significado sobre o trabalho um “amalgama de determinações objetivas e subjetivas” (COELHO-LIMA, 2016, p.280), aí se sintetizam percepções sobre as necessidades, as precariedades na vida concreta e a ideologia de “liberdade” no trabalho por conta própria.

Crítica semelhante é realizada por Oliveira (2009) quando a pesquisadora refere que a suposta autonomia do trabalho por conta própria “não traduz a ausência de determinações capitalista, mas sim exprime a condição do trabalhador que se auto emprega, ou por que não dizer se auto explora” (p.152). Sendo assim, seria superficial cogitar a consistência dessa autonomia, pois ela é restrita na medida em que a pessoa “tem liberdade para estender a sua carga horária, por necessidade socioeconômica, mas a mesma não tem a liberdade de reduzir a sua jornada, fixando-se em metas diárias” (p. 155). Assim como identificamos no contexto social e econômico, determinações para a reprodução de táticas de ação, a valorização ideológica do trabalho autônomo parece justificar as dificuldades diárias.

No cotidiano do trabalho em condições precárias, com riscos à saúde e marcado por significados contraditórios, entre opressão e liberdades, se faz necessário considerar a importância das **redes sociais de apoio mútuo** no desenvolvimento dos objetivos das(os) trabalhadoras(es) observadas(os). A existência destas redes foi descrita em todas as entrevistas na forma de convivência entre pares, de ajuda entre familiares e vizinhos, de parceria com os comerciantes formais, da participação em grupos políticos e religiosos mais amplos, de compartilhamento de informações em aplicativos de telefone celular. Seja nas situações imediatas de trabalho, nas residências, em instituições parceiras ou ainda em espaços distintos do mesmo bairro centro, as pessoas entrevistadas indicam alguma interdependência entre os seus trabalhos e outras pessoas que as ajudam em suas necessidades ou em alguma parte do processo produtivo.

A dimensão da sociabilidade no âmbito da economia informal é explorada por Santos, Maciel e Sato (2014) a partir da noção de redes socioproductivas (RSP). Identificamos neste conceito interessante análise sobre as características de grupos de pessoas que estabelecem relações duráveis com o objetivo manutenção de suas necessidades. A partir das contribuições de capital social em Bourdieu, dentre outras fundamentações, as autoras consideram que nas redes sociais estabelecidas nos processos de trabalho em condições de informalidade existem configurações funcionais de interdependência, (re) conhecimento e mútuo compromisso. “As RSP compreendem fluxos de relacionamentos interpessoais que permitem a vinculação entre as pessoas por relações de confiança e cooperação na busca pelo sucesso mútuo dos participantes intermediadas por uma atividade produtiva” (Santos; Maciel; Sato, 2014, p. 341). Entendemos que esta definição nos ajuda a compreender algumas realidades observadas.

É fato, por exemplo, que os feirantes e as vendedoras de roupas observados (as) compõem entre si uma rede de comercialização e distribuição da produção, e que essa rede favorece mutuamente a manutenção dos objetivos coletivos. É fato também que quando esta cooperação não acontece de maneira tão explícita, como nos casos dos mototaxistas e dos vendedores de lanche, estabelecem-se competições mais acirradas por clientes e espaços de alocação. Na medida em que se observa características de RSP entre trabalhadores em condições de informalidade torna-se inquestionável a relevância destas relações para o êxito (mesmo que parcial) deste suporte recíproco na garantia das necessidades individuais (alimentação e cuidados) e do projeto coletivo de trabalho (indicações e transporte da mercadoria). A ausência destas características, por outro lado, parece abrir espaço para conflitos (disputas por espaço, jogo de preços e acusações depreciadoras). O

pertencimento, ou não, numa rede de cooperação cotidiana de trabalho, como interpretamos a partir das narrativas coletadas, mobiliza atitudes e sentimentos de confiança ou de embate. Tais afetividades certamente possuem reflexos nos processos de subjetivação destas pessoas.

É interessante questionarmos, portanto, como o pertencimento em redes de cooperação pode também atribuir implicações no processo saúde-doença das(os) participantes. Neste sentido trazemos, por exemplo, a contribuição de Seligmann-Silva (1997) ao estudar a saúde de pessoas em situação de desemprego. A pesquisadora observa como algumas redes de apoio social permitem “formas de resistência e solidariedade que preservam a saúde psicossocial” (p. 36). Tais redes de apoio funcionam como condições protetoras que asseguram vínculos essenciais para manutenção da estabilidade psíquica, além de proporcionar importante perspectiva para a reinserção no mercado de trabalho. Dentre as redes de apoio destacam-se aquelas provenientes das relações familiares, da crença religiosa e o contato com amigos antigos, ex-colegas de trabalho e compadres vizinhos. No entanto a relação entre saúde e redes sociais de cooperação dentre trabalhadores informais ainda precisa de melhor exame, com métodos mais precisos.

Outras questões que não conseguiremos desenvolver com maior propriedade neste artigo são: a) como as condições materiais e sociais do contexto de trabalho atuam como determinantes para a formação das redes de cooperação? b) como a atuação de familiares - que tratam das atividades domésticas - pode ser incluída na caracterização das RSP já que são pessoas que não participam diretamente da atividade produtiva? e c) como seria um método de intervenção que favorecesse a construção ou o fortalecimento de RSP no contexto de trabalho informal urbano?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste relato de pesquisa priorizamos, mais que desenvolver um conceito genérico, descrever e analisar aspectos objetivos, interacionais e simbólicos no funcionamento complexo da economia informal no cotidiano de um território específico, o centro da cidade de Quixadá. Nesta elaboração utilizamos o conjunto de contribuições teóricas e metodológicas da Psicologia Social do Trabalho para compreender os processos organizativos de pessoas que atuam neste contexto de trabalho. A combinação de métodos de pesquisa se fez útil para aproximarmos da realidade social e econômica que configuram as subjetividades destas pessoas. Neste sentido, buscamos estudar e relatar a dialética das materialidades e das sociabilidades que caracterizam as maneiras de agir e de significar o trabalho. No fluxo desta dialética, no entanto, não observamos apenas determinantes sociais para os processos de subjetivação e de saúde, mas também marcas de intencionalidade singular para mediação de operações táticas no cotidiano.

Diante os resultados e análises verificamos que a precariedade do trabalho informal possui causas na estrutura desigual e excludente da economia capitalista, a qual favorece que pessoas com menor acesso ao capital financeiro e cultural se submetam às vulnerabilidades de um trabalho que possui reflexos diretos na saúde física e psicossocial de seus agentes. As vivências destas atividades são significadas de forma contraditória, onde se aliam discursos de revolta e de valorização em relação às situações de trabalho. Tais contradições acompanham diferentes disposições para enfrentamento das dificuldades cotidianas, podendo mobilizar tanto o conflito por vendas e serviços como a organização coletiva de redes de apoio. Na dimensão pessoal, estas contradições parecem não serem excludentes entre si. Estando, mesmo em contextos conflituosos, na possibilidade de cooperação mútua uma importante estratégia de resistência coletiva, através de laços de confiança, para manutenção da sobrevivência e luta por melhores condições de trabalho.

Por fim, consideramos a relevância de construir espaços de diálogo onde trabalhadores informais possam trocar experiências e desenvolver coletivamente saberes práticos capazes de ampliar as estratégias de sobrevivência e a cooperação no cotidiano. Advogamos a necessidade de intervenções junto a este público que incluam: o aspecto formativo (informações quanto a gestão de negócio e os direitos cidadãos), a atenção psicossocial às situações de saúde e de acesso aos direitos sociais, e principalmente o diálogo sobre as condições concretas de trabalho capazes de engendrar reflexões críticas em busca de transformação das suas realidades. Estes espaços serviriam como base dialógica para a criação de vínculos e a construção de novas ideologias comprometidas com “um projeto societário mais justo e vinculado às necessidades humanas” (Coelho-Lima, 2016, p.284). Neste sentido, nos aliamos a toda tradição da educação libertadora de Paulo Freire e a problematização da realidade como processo em que se busca superar o atual estado de exploração e desumanização pelo trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. G. N. de. **Trabalho informal e território**: aportes sobre o comércio ambulante na área central do Recife-PE. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.
- AQUINO, C. A. B. DE; OLIVEIRA, E. N. P. DE; PEREIRA FILHO, F. A. A. A informalidade como fator de risco à saúde do trabalhador. *In*: BARROS, J. P. P.; ANTUNES, D. C.; MELLO, R. P. (org.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.
- BECKER, H. S. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BENDASSOLLI, P. F.; Coelho-Lima, F. Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 383-393, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/BykdRz6RkGFXPCTLSQCxXGf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- COELHO-LIMA, F. **Ideologia e significado do trabalho**: o caso dos trabalhadores por conta própria. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- COULON, A. **A escola de Chicago**. Campinas: Papirus Editora, 1995.
- FILGUIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490/11866>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- GIRALDO, C. **Economía Popular Desde Abajo**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2017.
- ILO. **Decent work and the informal economy**. Geneva: International Labour Office, 2002. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc90/pdf/rep-vi.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- JACINTO, A.; TOLFO, S. R. Riscos Psicossociais no Trabalho: Conceitos, Variáveis e Instrumentos de Pesquisa. **Revista Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 21, n.1, p. 39-55, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/38922/20596>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- KREIN, J. D.; PRONI, M. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010.
- LIMA, L. A.; SOUZA, C. R. B. Processos organizativos do trabalho nas calçadas da Avenida Paulista: Aproximações etnográficas. **Revista Estudos do Trabalho**, v. 23, 148-167, 2019.
- NORONHA, E. "Informal", Illegal, Injusto: Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WqC7d74FgfmJN9hhKPXhxpt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2022.

OLIVEIRA, J. de D. **Trabalhadores por conta própria**: O trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SAFATLE, W. O que normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/VfqSSxvQ7WBQyrKKbJwjpWx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SALVITTI, A. *et al.* O trabalho do camelô: Trajetória profissional e cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 1-23, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25816/27548>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SANTOS, J. B. F.; MACIEL, R. H. M. O.; SATO, L. Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): Considerações teórico-empíricas. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 325-350, 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/251/123>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SATO, L. Psicologia e Trabalho: Focalizando Profissões "Ignoradas". *In*: SATO, L. **Psicologia Social e seus Movimentos**. Recife: Universitária UFPE, 2011.

SATO, L. Recuperando o tempo perdido: A psicologia e o trabalho não regulado. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. especial 1, p. 99-110, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77867/81842>. Acesso em: 02 mar. 2022.

Sato, L. As diferentes faces do trabalho no contexto urbano. *In*: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 95-102, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bdJqKzcZ8CRK84M37MbWxJc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SELIGMANN-SILVA, E. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. *In*: SILVA FILHO, J. F.; JARDIM, S. R. (org.). **A danação do trabalho**: Relações de trabalho e o sofrimento. Rio de Janeiro: Te Corá Editora, 1997.

SOUZA, J. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPINK, M. J. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 7-14, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PcjDZBhQRzGrCrpVLdLZgJq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SPINK, P. K. Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 227-241, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a08v12n2.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.